Jornal do SINASEFE IFSul
maio de 2017

Nossa Base:
Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas - Visconde da Graça, Reitoria, Santana do Livramento, Sapucaia do Sul, Sapiranga e Venâncio Aires.

Impresso Especial
9912209415 - DR/RD
SINASEFE
PELOTAS
CORREIOS

Seção Sindical do IFSul

Imagem: ADUFPel-SSind

#ContraosAtaques: Mobilização contra reformas do governo avança pelo país

#31ºCONSINASEFE: Delegação do Sinasefe-IFSul apresenta quatro teses no Congresso Estatuinte

Entre os dias 18 e 21 de maio, a delegação do Sinasefe-IFSul participará do 31º CONSINASEFE, em Salvador. Pela primeira vez, todos os delegados da seção participaram da elaboração de teses para o Congresso. **Pág. 8**

Editorial

Maio: Mês de resistência, de luta, mês do trabalhador!

O Megafone fecha a sua edição de maio tendo como maior desafio conseguir dar como encerrada sua pauta. No decorrer de diversas reuniões, esbarramos no obstáculo que é finalizar um jornal que tem como pauta central os ataques do governo, que avançam de forma sistemática e constante. Em poucas semanas vimos retrocessos nas áreas da saúde, educação, previdência e direitos trabalhistas avançar impiedosamente. No entanto, vimos também a união e organização social e sindical construir uma das maiores greves gerais já vistas na história do país.

Desde nossa última edição, o IFSul elegeu o seu novo reitor e oito novos diretores gerais. Com mais de 37% dos votos, Flávio Nunes foi escolhido pela comunidade acadêmica para comandar o Instituto pelos próximos quatro anos. Suas primeiras ideias e projetos foram discutidas em uma entrevista concedida ao Sinasefe-IFSul e podem ser lida nesta edição.

Enquanto o governo avançou em seus ataques, o Sinasefe-IFSul trabalhou para avançar na formação e mobilização da base. Entre os meses de abril e maio foram realizados três seminários que discutiram os ataques do governo à carreira dos servidores PCCTAE e ao sistema previdenciário brasileiro. Três representantes do Sindicato Nacional visitaram dez dos quatorze campus que compõe a base da Seção Sindical.

No âmbito nacional, temos visto uma investida das centrais sindicais em unificar a luta dos trabalhadores e focar no combate aos ataques do governo. Tal estratégia se mostrou fundamental para o sucesso da Greve Geral de 28 de abril e deve ser mantida pelos próximos meses, enquanto durar o embate da classe trabalhadora com o governo ilegítimo. Neste sentido, o Sinasefe Nacional realiza, entre os dias 17 e 21 de maio, o seu 31º Congresso Nacional. Além do caráter estatutário, o fórum apresenta como mote a luta atual dos trabalhadores. Com a chamada: "Nenhum Direito a Menos: Por Uma Educação Libertadora e Emancipadora", delegados de todo o país deverão aproveitar o momento para analisar a conjuntura e unificar a agenda de mobilização.

Com o objetivo de promover uma participação mais efetiva de sua delegação, o Sinasefe-IFSul realizou, pela primeira vez, uma agenda preparatória para o Congresso que possibilitou a todos os delegados participar de grupos de elaboração de teses e discutir amplamente o caderno de textos do 31º CONSINASEFE. O resultado deste trabalho foram quatro propostas de tese que auxiliarão na discussão e elaboração das diretrizes do Sindicato Nacional para os próximos anos.

Encerramos essa edição sabendo com o desafio de tentar levar a todos, mesmo que brevemente, uma leitura da difícil conjuntura que enfrentamos. Provavelmente um novo ataque já estará sendo encaminhado até que estas páginas cheguem ao seu destino. No entanto, temos a certeza de que a organização e a mobilização dos trabalhadores continuará avançando!

Mural

Recadastramento Filiados

A direção do Sinasefe-IFSul solicita a todos os sindicalizados que façam o recadastramento em nosso sistema, através do novo site. O cadastro pode ser feito no endereço http://www.sinasefeifsul.org.br/area-restrita. Com o recadastramento, o sindicalizado terá acesso a seus extratos financeiros, enquetes e poderá receber informativos do Sindicato por email.

Câmara conclui votação de projeto que impõe ajuste fiscal a estados e municípios

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 10 de maio, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 343/17, do Executivo, que cria o Regime de renegociação das dívidas dos estados com a União. A lei prevê contrapartidas como a privatização de empresas estatais de qualquer setor, desde que com aval do Ministério da Fazenda; redução de incentivos ou benefícios tributários em, no mínimo, 10% ao ano; revisão do regime jurídico dos servidores estaduais para suprimir benefícios ou vantagens não previstos no regime jurídico único dos servidores da União; o estado que já dispuser de uma Lei de Responsabilidade Fiscal estadual não precisará atender a essa contrapartida; e autoriza a realização de leilões de pagamento, nos quais será adotado o critério de julgamento por maior desconto, para dar prioridade na quitação de débitos.

Segundo o texto aprovado, a União não poderá executar as contragarantias oferecidas pelo estado para obter a garantia primária da União. O total acumulado será cobrado junto com o retorno do pagamento das parcelas das dívidas com a União, após o período de carência. As regras valem para operações contratadas antes do ingresso no regime.

Durante o período da suspensão dos pagamentos do serviço da dívida, o estado não poderá: Conceder aumento ou vantagem de qualquer natureza aos servidores e membros de poderes, exceto os derivados de sentença judicial transitada em julgado; criar cargos ou contratar pessoal, exceto para repor vagas; criar ou aumentar auxílios, bônus, abonos e verbas de representação de membros de poderes ou de servidores; criar despesa obrigatória de caráter continuado; reajustar qualquer obrigação acima da variação anual do IPCA ou da variação anual da receita corrente líquida, o que for menor; conceder benefício tributário com renúncia de receita; contratar publicidade e propaganda, exceto para as áreas de saúde, segurança, educação no trânsito e outras de "demonstrada utilidade pública"; contratar operações de crédito, ressalvadas as autorizadas no âmbito do regime de recuperação fiscal; e celebrar convênio que envolva a transferência de recursos para outros entes federativos ou para organizações da sociedade civil.

Jornal do SINASEFE IFSul
maio de 2017

Nossa Base: Bagé, Camaquã, Charqueadas, Gravataí, Jaguarão, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Pelotas - Visconde da Graça, Reitoria, Santana do Livramento, Sapucaia do Sul, Sapiranga e Venâncio Aires.

Diretoria: Ação: Daiani Luche, Maria Lúcia Monteiro e Stela Maris Lopes; Organização: Ana Luiza Schneider, Osni Rodrigues e Paulo Martins Soares; Formação Sindical: Francilon Simões; Assuntos Educacionais: Leandro Barbosa; Cultura e Lazer: Gilberto Pedroso, Aposentados: Tolentina Rodrigues. Suplentes: Nádia Rodrigues, Paulo Batista e Vitor Gonçalves Dias

Endereço: Rua XV de novembro, 224 - Pelotas / RS
Telefone: (53) 3027 61 00
Site: http://sinasefe-ifsul.org

O Megafone
Coordenação Editorial: Maria Lúcia Monteiro
Email: omegafone@terra.com.br
Redação e edição: Volcanto Comunicação
Email : sinasefeifsulimprensa@gmail.com
Impressão: Seriart

Sinasefe-IFSul promove Seminários para discutir PCCTAE e Reforma da Previdência

A primeira semana de abril foi marcada por mais uma atividade de formação para a base, promovida pelo Sinasefe-IFSul. Com a presença do coordenador nacional do Sinasefe, David Lobão, o Seminário "Reforma da Previdência: O que muda na vida do trabalhador" percorreu as cidade de Bagé, Novo Hamburgo, Passo Fundo e Pelotas, entre os dias 3 e 5 deste mês.

Lobão iniciou o Seminário com uma retomada histórica sobre o sistema previdenciário brasileiro que, segundo dados, chegou a ser o segundo melhor do mundo. Uma série de reformas promovidas pelos últimos governos desde Fernando Collor de Mello resultaram no ocaso deste projeto. Transformando, assim, um sistema modelo em "dilema institucional". Paralelamente a esta desastrosa sequência de "reformas", sucessivas renúncias fiscais, concedidas a grandes empresas, abalam profundamente o equilíbrio da previdência social.

Em que pese esta série de erros institucionais, Lobão destaca que a previdência faz parte de uma pasta, denominada seguridade social. Esta, por sua vez, não possui déficits e tem se consolidado como superavitária, garantindo, assim, a manutenção da previdência para os trabalhadores.

| Por uma reforma democrática e justa

Embora o palestrante alerte para a falácia dos argumentos utilizados pelo governo para a reforma da previdência, Lobão considera razoável a ideia de construção de uma reforma. No entanto, uma reforma deve ser construída de forma justa, atingindo aqueles que realmente oneram o sistema. Não usurpando da classe trabalhadora o direito de aposentadoria, como propõe o governo.

Além das grandes empresas, que arrasam os cofres da previdência com dívidas bilionárias, existem algumas categorias efetivamente privilegiados pelo sistema atual. Como militares, políticos e magistrados que aposentam-se com um tempo de contribuição ínfimo, em relação aos demais trabalhadores, com a garantia de proventos altíssimos.

| Nenhum servidor se aposentará

Um dos principais alertas do palestrante foi que o objetivo principal do governo é que, de fato, ninguém se aposente. Não apenas dificultando o acesso, mas tornando a aposentadoria cada vez menos atrativa. Com um cálculo que achata, algumas vezes em até 70%, o provento do servidor inativo, a aposentadoria deverá ser, cada vez mais, apenas um projeto inatingível para a grande maioria dos trabalhadores.

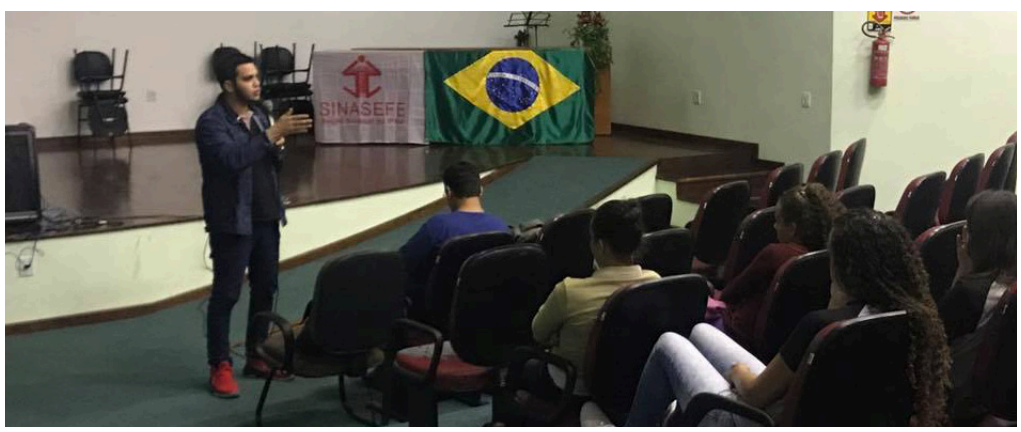
Seminário discute ataques à Carreira PCCTAE

Entre os dias 24 e 27 de abril, o Sinasefe IFSul recebeu o representante do Sindicato Nacional, Aliomar Silva, que comandou o Seminário: "Ataques na Carreira: Mudanças & Retrocessos no PCCTAE". A atividade faz parte de um ciclo de atividades de formação com foco na carreira e previdência que o Sinasefe-IFSul tem promovido junto a base. Nesta edição, foram visitados os campus Charqueadas, Jaguarão, Pelotas, Santana do Livramento e a Reitoria.

Com o objetivo de aprofundar as discussões relacionadas com as mudanças na Carreira PCCTAE, a atividade tratou especialmente do Ofício Circular publicado no último mês, que torna sem efeito o Ofício de nº 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, que sustentava o descritivo dos cargos do PCCTAE que aguardam - conforme previsto em Lei - a racionalização há 12 anos. Aliomar fez uma reconstrução histórica do PCCTAE, plano de carreira que abriga toda a vida institucional dos TAE, e falou sobre as intensões do governo com a sua suspensão.

O principal argumento para a decisão seria o fato de muitos cargos do PCCTAE estarem desatualizados, no entanto, o governo não apresenta soluções para questões como linearidade dos níveis entre os servidores, que poderia ser quebrada com a proposta. O estado defende, ainda, que a atualização ajudaria no combate aos desvios de função – uma vez que muitos servidores desempenham outras funções em decorrência da descontinuidade de seus cargos de origem. O representante do Sinasefe Nacional alertou que é preciso muito cuidado com este argumento, pois ao mesmo tempo que se propõe uma "solução", também se abre caminho para a terceirização, que já assombra os institutos.

Como os ataques do governo precarizam a vida do trabalhador



Entre os dias 9 e 12 de maio, o Sinasefe-IFSul promoveu a terceira atividade do ciclo de debates sobre Carreira e Previdência. Com a presença do Coordenador Geral do Sinasefe Nacional, Williamis da Silva Vieira, a atividade visitou os campi Camaquã, Pelotas, Sapiranga e Venâncio Aires.

Com a proposta "Carreira & Previdência: Como os ataques do governo precarizam a vida do trabalhador" o Seminário apresentou um compacto das duas primeiras atividades, mostrando que os ataques do governo se encaminham de maneira articulada e extremamente coesas no sentido de desestruturar as instituições e os serviços públicos, bem como precarizar a vida e aposentadoria dos trabalhadores em geral.

Governo ignora protestos e libera Terceirização irrestrita

Mesmo sob forte protesto da oposição, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 22 de março, o Projeto de Lei (PL) 4.302/1998, de autoria do Executivo, que libera a terceirização para todas as atividades das empresas. O projeto foi aprovado por 231 a favor, 188 contra e oito abstenções. A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada no Diário Oficial no dia 31 de março.

Pela nova lei, as empresas podem terceirizar também a chamada atividade-fim, aquela para a qual a empresa foi criada. A medida prevê que a contratação terceirizada possa ocorrer sem restrições, inclusive na administração pública. Atualmente, a legislação veda a terceirização da atividade-fim e prevê que a prática possa ser adotada em serviços que se enquadrarem como atividade-meio, ou seja, aquelas funções que não estão diretamente ligadas ao objetivo principal da empresa.

Os impactos da aprovação deste PL preocupam representantes de classe e trabalhadores. Sob a justificativa de que agora tudo poderá ser negociado, os trabalhadores terceirizados ficarão sem garantia nenhuma e serão forçados a aceitar condições de trabalho ainda mais precárias. O patrão poderá definir a jornada de trabalho, as condições de salários e benefícios. Veja outros aspectos preocupantes da nova lei:

| Trabalho temporário

O projeto que foi aprovado pelo plenário da Câmara também modifica o tempo permitido para a contratação em regime temporário dos atuais três meses para 180 dias, "consecutivos ou não, autorizada a prorrogação por até 90 dias, consecutivos ou não, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram", diz o projeto. Decorrido esse prazo, o trabalhador só poderá ser contratado novamente pela mesma empresa após 90 dias do término do contrato anterior.

| "Quarteirização"

A empresa de terceirização terá autorização para subcontratar outras empresas para realizar serviços de contratação, remuneração e direção do trabalho, que é chamado de "quarteirização".

| Condições de trabalho

É facultativo à empresa contratante oferecer ao terceirizado o mesmo atendimento médico e ambulatorial dado aos seus empregados, incluindo acesso ao refeitório. A empresa é obrigada a garantir segurança, higiene e salubridade a todos os terceirizados.

| Causas trabalhistas

Em casos de ações trabalhistas, caberá à empresa terceirizada (que contratou o trabalhador) pagar os direitos questionados na Justiça, se houver condenação. Se a terceirizada não tiver dinheiro ou bens para arcar com o pagamento, a empresa contratante (que contratou os serviços terceirizados) será acionada e poderá ter bens penhorados pela Justiça para o pagamento da causa trabalhista.

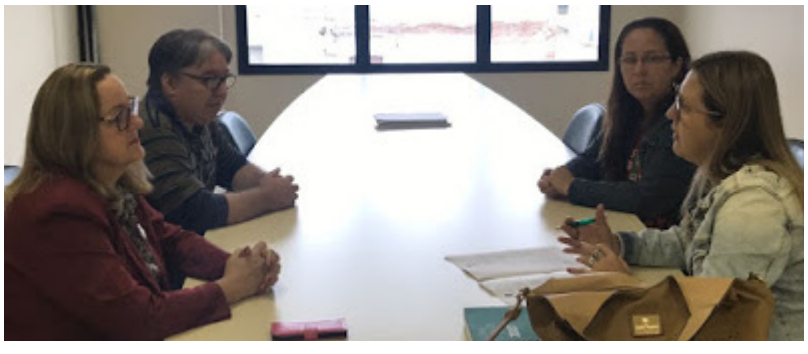
Sinasefe-IFSul e Reitoria assinam acordo Pós-Greve

Chegou ao fim a negociação do acordo pós-greve dos servidores do IFSul. O documento, que estava sendo construído desde o encerramento do movimento paredista de 2016 e já havia sido aprovado em Assembleia Geral, foi assinado no dia 18 de abril por representantes da reitoria do Instituto e da direção do Sinasefe-IFSul. Participaram da reunião a vice-reitora do IFSul, Janete Otte, o pró-reitor de gestão de pessoas do IFSul, Nilo Moraes de Campos, e as coordenadoras de ação do Sinasefe-IFSul, Maria Lúcia Monteiro e Daiani Luche.

O texto define os termos de recuperação das atividades interrompidas no período de Greve. Conforme aprovado pelos servidores em Assembleia Geral, a recuperação deverá ser focada nas atividades, não em horas de trabalho. Além disso, os servidores deverão acordar com suas chefias imediatas a melhor forma de recuperar as atividades.

| Mural do Oprimido

Durante a reunião, foram discutidas, ainda, as medidas relacionadas ao Mural do Oprimido, um espaço de denúncias criado pelos estudantes do movimento Ocupa IFSul, durante a ocupação do campus Pelotas. Segundo a reitoria, todas as denúncias do Mural foram encaminhadas para a Comissão de Ética do Instituto e serão investigadas. O trabalho da Comissão teve início em fevereiro, após o encerramento das férias escolares.



O Sinasefe-IFSul reiterou a sua preocupação com os estudantes e alertou para a gravidade do caso. Nestes casos, normalmente, as vítimas não se sentem seguras o suficiente para denunciar os abusos. Este problema acontece com alunos e servidores. A gestão do IFSul salientou que a Ouvidoria e o setor da Orientação Vocacional já foram instruídos para tratar destes casos mais delicados. Além disso, mesmo que o trabalho da comissão de Ética seja sigiloso, os servidores podem cobrar agilidade e conhecer os prazos dos processos.

31º CONSINASEFE: Delegação do Sinasefe-IFSul defende quatro teses no Congresso

Entre os dias 18 e 21 de maio, 30 delegados - oriundos dos diversos campi que a compõe a base do Sinasefe-IFSul - representam o Sindicato no 31º Congresso Nacional do Sinasefe (CONSINASEFE). Além da participação através do voto, a delegação deste ano participa do Congresso, também, na defesa de teses quatro teses, elaboradas pelo grupo. Esta é a primeira vez que o Sinasefe-IFSul viaja com uma delegação na qual todos os membros participaram ativamente tanto na elaboração quanto nas discussões das teses do Congresso.

Todos os delegados da seção participaram de uma agenda pré-congresso com quatro encontros presenciais. Foram duras reuniões de elaboração de teses e duas para a discussão do caderno. Para a elaboração de teses foi realizada uma reunião geral, na qual os delegados apresentaram suas propostas para a elaboração dos textos. Após a avaliação e seleção dos temas, os delegados – organizados em três grupos – elaboraram quatro propostas de tese. Todos as teses da Seção foram aceitas e serão defendidas pela delegação durante o 31º Congresso Estatutário.

| Teor das teses:

Fruto de uma ampla discussão do grupo, os eixos foram organizados em quatro propostas de tese, que representam os principais anseios e propostas da base do IFSul para o Sinasefe Nacional. Temas como: Representação das bases nas plenárias nacionais; Modelo de eleição do Sindicato Nacional; Política de repasse de verbas ao Sindicato Nacional e Democratização do acesso aos institutos norteiam as propostas elaboradas pelos delegados da seção. O objetivo do grupo de elaboração de teses é qualificar a participação dos delegados e transformar o CONSINASEFE em mais um momento de formação política e sindical para a base.

Reforma da Previdência: Mesmo com mudanças, PEC 287 ainda penaliza trabalhadores

O relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, da contrarreforma da Previdência, o deputado federal Arthur Maia (PPS/BA) apresentou, no dia 19 de abril, seu relatório, com alterações na proposta, que destrói direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores brasileiros. A PEC recebeu um total de 164 emendas parlamentares.

Entre as principais alterações está a redução da proposta de idade mínima de aposentadoria para mulheres, de 65 para 62 anos. Os homens continuam com a idade mínima de contribuição de 65 anos. O tempo de contribuição para garantir acesso ao benefício integral também foi reduzido de 49 para 40 anos. Continua na proposta o tempo mínimo de 25 anos de contribuição para ter acesso à aposentadoria, tanto para trabalhadores da inciativa privada quanto do serviço público.

Com a mudança na proposta, também se chegou a um novo cálculo para o valor da aposentadoria. Para se alcançar ao valor final, será feita uma média com base em 70% da média de todos os salários de contribuição desde julho de 1994, com adição de mais 1,5 ponto percentual para cada ano que superar o mínimo de 25 anos. Se o trabalhador superar os 30 anos de contribuição, o acréscimo será de 2 pontos percentuais; a partir de 35 anos, 2,5 pontos percentuais. As mudanças valerão tanto para empregados da iniciativa privada, que estão no Regime Geral da Previdência Social (RGPS), quanto para servidores públicos, integrantes do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Políticos também estarão vinculados ao regime geral.

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita (Anfip), o sistema de Seguridade Social teve, em 2015, o superávit de R$ 11,4 bilhões; em 2014, R$ 53,9bi; em 2013, R$ 76,2 bi; em 2012, RS 82,7 bi. A entidade também afirma que, em 2016, foi realizada uma renúncia fiscal de verbas previdenciárias de R$ 55,161 bi por parte do governo federal.

| Regras de transição

Segundo o relatório preliminar, em relação às chamadas regras de transição, a idade mínima prevista para as mulheres é 53 anos e vai aumentar um ano a cada dois anos até a trabalhadora chegar aos 62 anos. Para os homens, a idade mínima está prevista em 55 anos, com aumento de um ano a cada dois anos, até alcançar 65 anos. Quem estiver nesta faixa etária e solicitar a aposentadoria terá que passar pelo chamado "pedágio", que será de 30% e não 50%, como proposto inicialmente.

Pelo substitutivo, a idade mínima para a aposentadoria para servidores públicos também será de 62 anos para mulheres e 65 para homens, com tempo mínimo de contribuição de 25 anos, desde que cumprido pelo menos 10 anos de

efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria. O valor do benefício será composto de 70% da sua média de remunerações e dos salários de contribuição que serviram de base para as contribuições, acrescido de 1,5% para cada ano que superar 25 anos de contribuição, 2% para cada ano que superar 30 anos de contribuição, e 2,5% para cada ano que superar 35 anos de contribuição, limitado a 100% da média.

O texto também exclui a aposentadoria por idade, proporcional ao tempo de contribuição vertido pelos servidores públicos que possuam 60 ou 65 anos de idade, mulheres e homens, respectivamente.

| Pensão por Morte

O substitutivo manteve possibilidade de acúmulo de pensão e aposentadoria, mas com um teto de dois salários mínimos. Pela PEC, o valor da pensão deixará de ser integral, sendo reduzido a 50% do teto do INSS, acrescido de 10 pontos percentuais por dependente, até o limite máximo de 100%.

| Aposentadorias Especiais

O professor de ambos os sexos que comprove exclusivamente tempo de efetivo nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio poderá se aposentar aos 60 anos de idade e 25 anos de contribuição. Já a idade mínima para policiais civis será de 55 anos. As regras permanentes para os policiais civis serão definidas depois da promulgação da contrarreforma da Previdência, por meio de projeto de lei, como ocorrerá com os policiais militares e bombeiros.

IMAGEM: ADUFPEL-SSIND

#28DEABRIL A GREVE GERAL PAROU O BRASIL

O Brasil literalmente parou na sexta-feira, 28 de abril, com a realização da primeira greve geral da classe trabalhadora dos últimos 28 anos - que, certamente, não será a única greve geral de 2017 a depender da disposição dos trabalhadores para lutar pela manutenção dos seus direitos! Convocada em 27 de março, por nove das principais centrais sindicais do país, contra o conjunto de ataques do governo Temer (principalmente as Reformas Previdenciária, Trabalhista e a Lei das Terceirizações), o movimentou ganhou adesão de praticamente todos os setores e categorias de trabalhadores do setor público e privado, mostrando o caminho que devemos trilhar para garantir nossas conquistas e ampliar nossos direitos e horizontes de lutas: a unidade.

| Parou tudo!

Praticamente nenhum serviço de transporte público (ônibus, BRTs, metrôs, trens e VLTs) funcionou em grande parte das cidades brasileiras durante a greve geral. Até em alguns aeroportos os voos foram suspensos, total ou parcialmente. Escolas e universidades, públicas e privadas, cancelaram suas aulas. A maioria dos grandes centros comerciais do país também fecharam suas portas. As cidades menores também participaram do movimento e tiveram um "dia útil" com todo o contorno de feriado, com pouco ou nenhum movimento em seus comércios e zonas produtivas.

| Repercussão, ataques e lições

Todos os veículos da imprensa de massa apressaram-se em dar grande cobertura à greve geral. Desde a madrugada, quando começaram os primeiros protestos com fechamentos de vias e formação de congestionamentos recordes, houve cobertura ao vivo das atividades da greve.

Tentaram, a todo momento, caracterizar a resistência legítima da população em defesa dos seus direitos trabalhistas e previdenciários como "violenta" e "pequena". Mas não souberam como justificar que um movimento "minoritário" e "pífio" (nas palavras do Ministro da Justiça, Osmar Serraglio) deixou as cidades desertas e ocupou tanto espaço na cobertura jornalística.

O presidente ilegítimo Michel Temer lançou uma Nota Oficial para comentar um movimento restrito a "pequenos grupos". Representantes do governo tentaram reduzir o impacto da Greve Geral e afirmaram que as reformas não devem ser afetadas pelo movimento. No entanto, muitos senadores já sinalizaram uma mudança de opinião e passaram a questionar o encaminhamento das reformas.

| Repressão

A Polícia Militar, mais uma vez, fez o que estamos acostumados a ver e lamentar: envergonhou o Brasil e rebaixou nossa nota para o próximo ranking mundial de respeito aos direitos humanos. Agressões e prisões desmedidas e injustificadas contra movimentos e manifestantes pacíficos foram registradas em várias cidades. As mais preocupantes no Rio de Janeiro-RJ, com disparos de muitas bombas e balas de borracha para dispersar um ato de rua que transcorria sem nenhum indício mínimo de desordem - uma bibliotecária foi gravemente ferida por um dos tiros da PM; e em Goiânia-GO, onde o estudante Mateus Ferreira foi atingido na cabeça por um golpe de cassetete e ficou gravemente ferido.

| Ameaças ao direito de greve

Não bastou colocar em tramitação no Congresso projetos que restringem o direito de greve de funcionários públicos. Não bastou o Supremo Tribunal Federal (STF) optar por legislar (que não é sua função) e proibir o direito de greve de servidores civis que trabalham na segurança pública. Para ser ainda mais contundente no ataque ao direito de greve dos trabalhadores, o Presidente da República (Michel Temer) afirmou que o trabalhador que aderisse à greve geral teria o seu dia de trabalho cortado.

O Ministério Público do Trabalho lançou, antes da greve, uma Nota Pública que afirmou que os trabalhadores possuem direito constitucional à greve, em resposta a posturas autoritárias. Ao final, dado o sucesso da Greve Geral, ficou claro que as ameaças não amedrontaram a população - que cruzou os braços, faltou ao trabalho e foi às ruas protestar.

| Participação do SINASEFE

O SINASEFE NACIONAL convocou as centrais sindicais ao chamamento da greve geral para a segunda quinzena de abril no final de março. Assim que a greve foi confirmada para o dia 28/04, o SINASEFE direcionou um novo chamado às suas bases, clamando pela adesão e construção do movimento em cada cidade. Debatida e aprovada sucessivamente em várias das nossas Plenárias Nacionais desde o segundo semestre de 2016, a greve geral se tornou uma das bandeiras do SINASEFE para reversão da atual conjuntura.

Praticamente toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica parou suas atividades na última sexta-feira, havendo inclusive a adesão dos servidores civis das Instituições Militares de Ensino (IFE Militares) ao movimento paredista - enfrentando todo tipo de assédio moral e de práticas antissindicais dos gestores militares dessas instituições.

| Mobilização no IFSul

Os servidores do Instituto Federal aprovaram, em assembleia geral realizada no dia 24 de abril, a adesão ao movimento de Greve Geral do dia 28 de abril. As atividades acadêmicas foram suspensas nos 14 campi da instituição. Os servidores participaram de mobilizações nas cidades de Bagé, Camaquã, Passo Fundo, Pelotas, Santana do Livramento e Venâncio Aires. Em todo o país, as mobilizações iniciaram ainda na madrugada, quando o transporte público foi parado na maioria das cidades. O transporte intermunicipal foi interrompido em diversos locais com apoio de barreiras nas estradas. No Rio Grande do Sul, trechos de oito rodovias foram fechados.

Em Pelotas, foram realizadas duas rondas no centro da cidade, nas quais foram distribuídos materiais explicativos sobre as reformas. No final do dia, milhares de pessoas se reuniram no largo do Mercado Público e saíram em marcha pelo centro da cidade. O ato, organizado pela Frente em defesa do serviço público, das conquistas sociais e trabalhistas, foi um dos maiores já realizados, congregando movimentos sindicais, sociais, estudantis e população em geral.

| Avaliação: Continuar e Ampliar a Mobilização Contra a Retirada de Direitos!

As Centrais Sindicais, reunidas no dia 04 de maio, avaliaram a Greve Geral do dia 28 de abril como a maior mobilização da classe trabalhadora brasileira. Os trabalhadores demonstraram sua disposição em combater o desmonte da Previdência social, dos direitos trabalhistas e das organizações sindicais de trabalhadores.

A forte paralisação teve adesão nas fábricas, escolas, órgãos públicos, bancos, transportes urbanos, portos e outros setores da economia e teve o apoio de entidades da sociedade civil como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Ministério Público do Trabalho, associações de magistrados e advogados trabalhistas, além do enorme apoio e simpatia da população, desde as grandes capitais até pequenas cidades do interior.

As Centrais Sindicais também reafirmaram sua disposição de luta em defesa dos direitos e definiram o seguinte calendário para continuidade e ampliação das mobilizações:

8 a 12 de maio

Comitiva permanente de dirigentes sindicais no Congresso Nacional para pressionar os deputados e senadores e também atividades em suas bases eleitorais para que votem contra a retirada de direitos;

Atividades nas bases sindicais e nas ruas para continuar e aprofundar o debate com os trabalhadores e a população, sobre os efeitos negativos para a toda sociedade e para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

15 a 19 de maio

#OcupaBrasília: conclamamos toda a sociedade brasileira, as diversas categorias de trabalhadores do campo e da cidade, os movimentos sociais e de cultura, a ocuparem Brasília-DF para reiterar que a população brasileira é frontalmente contra a aprovação da Reforma da previdência, da Reforma Trabalhista e de toda e qualquer retirada de direitos;

Marcha a Brasília-DF: em conjunto com as organizações sindicais e sociais de todo o país, realizar uma grande manifestação em Brasília contra a retirada de direitos.

Se isso ainda não bastar, as Centrais Sindicais assumem o compromisso de organizar um movimento ainda mais forte do que foi o 28 de abril.

Entrevista: Sinasefe-IFSul conversa com o reitor eleito, Flávio Nunes

No final de março, a comunidade acadêmica do Instituto Federal Sul-rio-grandense escolheu democraticamente os seus novos representantes. Foram oito diretores gerais – que irão representar o Instituto nas cidade de Bagé, Camaquã, Charqueadas, Passo Fundo, Pelotas, Sapucaia do Sul, Venâncio Aires e Visconde da Graça – e o novo reitor, Flávio Nunes, que comandará a instituição nos próximos quatro anos.

A partir de uma série discussões com os representantes de base, o Sinasefe-IFSul conversou com o reitor eleito e buscou dialogar sobre os principais anseios, propostas e preocupações dos servidores. Questões que perpassam gestões, novos desafios impostos pela conjuntura atual e necessidades que se apresentam com o desenvolvimento da instituição são pontos de destaque da entrevista. Confira:

No período de campanha ouviste muitos anseios e sugestões que auxiliaram na composição das propostas da chapa. Considerando as tuas motivações, qual o principal projeto que queres realizar como reitor?

Por ser da área da tecnologia, eu carrego como questão fundamental a utilização dos sistemas de informação para transpor as barreiras que ainda temos. Eu quero utilizar os sistemas disponíveis para criar uma rede que socialize os conhecimentos no âmbito do instituto e que otimize os processos de gestão. Além disso, eu tenho como questões fundamentais as batalhas do combate à evasão e retenção dos alunos na rede.

Paralelamente ao problema da evasão, o Sindicato tem avaliado como sintomático o problema na democratização do acesso. Como gestor, como pretendes promover essa questão?

Eu acredito que todos os trabalhos devem começar com um amplo diagnóstico da situação. Além disso, acredito sempre no trabalho coletivo e baseado no diálogo. Assim, iremos conversar com o Sindicato e com lideranças da comunidade acadêmica que possam partilhar conhecimento e auxiliar na construção de projetos. Eu acredito na construção de projetos de extensão, como cursos populares que podem ser mantidos com recursos humanos próprios do Instituto e com suporte das redes. Precisamos focar na democratização também do acesso à informação, como materiais didáticos de apoio aos vestibulandos que não podem arcar com cursos preparatórios.

Você assumes também uma cadeira no CONIF, qual a importância deste fórum e quais os bandeiras pretendes defender nele?

O CONIF é o conselho que irá levar as nossas reivindicações ao MEC de forma mais coesa, demonstrando a unidade e força dos institutos. Acredito que será um espaço fundamental para disputar questões de cunho coletivo, como carreira dos servidores e orçamento das instituições. Mas acredito que também o CONIF deve atentar para o momento de economia de guerra que enfrentamos. Acredito que o contato constante entre gestores é fundamental, mas nem sempre este contato depende de reuniões presenciais – o que envolve deslocamento, diárias e tempo fora do Instituto – acredito que enquanto gestores também devemos nos comprometer com a otimização de recursos que precisaremos implantar nas instituições.

Vivemos uma conjuntura bastante conturbada, pautada por reformas que colocam em risco direitos trabalhistas, aposentadoria, o serviço público e a própria educação. Enquanto reitor precisarás lidar com mobilizações, paralisações e greves. Como avalia este cenário?

Eu sou contra estas reformas que estão sendo apresentadas e acredito que elas irão criar um contexto de união. Precisamos de união enquanto sociedade, trabalhadores e também enquanto gestores. Nesse sentido espero não estar sozinho, espero que os diversos fóruns representativos da sociedade estejam unidos por esta bandeira que é de todos. Principalmente tendo a sociedade do nosso lado, rompendo a ideia de que as nossas lutas são corporativistas.

Considerações & Perspectivas:

Eu tenho um compromisso com as propostas que assumi nesta caminhada eleitoral e pretendo realizar cada uma delas, ou o maior número possível, pelo menos, nestes quatro anos. No entanto, eu tenho como compromisso a garantia de uma educação pública, gratuita e de qualidade em cada um dos campi que compõe o IFSul. Estarei contra qualquer ameaça de privatização, precarização da educação, ataque aos direitos trabalhistas e previdenciários. Pretendo fazer o máximo com os recursos que tenho e batalhar muito por aquilo que ainda precisamos.

Governo suspende circular e coloca em risco direitos dos servidores TAEs

No final de março o MEC lançou o ofício circular de nº 1/2017/COLEP/CGGP/SAA-MEC, que tornava sem efeito o ofício circular nº 15/2005/CGGP/SAA/SE/MEC. Na prática, o documento torna sem efeito o ofício que sustentava o descritivo dos cargos do PCCTAE até que estes sejam racionalizados. Os servidores aguardam a racionalização da carreira há 12 anos.

Com sua "anulação", o descritivo dos cargos volta a ser o previsto pelo Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE - Decreto 94.664/1987), impossibilitando as gestões de realizar a maior parte dos concursos (já que os cargos descritos no PUCRCE estão defasados e fora da realidade do mundo do trabalho atual). Assim, fica em aberto a situação de milhares de trabalhadores que estão no PCCTAE - como ficariam os seus cargos atuais, steps, ganhos por qualificação e demais direitos adquiridos?

Outro problema é termos, na atual conjuntura de retirada de direitos, uma nova necessidade posta de descrever os cargos do PCCTAE, o que pode mobilizar as secretarias do MEC e do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) a redistribuírem os postos sob efeitos negativos, que representem perdas aos trabalhadores.

A racionalização dos cargos do PCCTAE é uma pauta antiga e muito cara ao SINASEFE Nacional, que deve ser feita já e que sempre foi cobrada por nós em mesas de negociação. Cabe lembrar que ela não foi executada até hoje por culpa do governo e essa ingerência do mesmo não pode justificar a queda do ofício 15/2005 e uma pretensa revigoração do PUCRCE.

Por fim, outro quesito de desconforto e extremamente importante é que esse assunto seja trazido à ordem do dia num momento em que o governo e o legislativo federal debatem retirada de direitos sociais e trabalhistas e fazem ode à terceirização geral, ampla e irrestrita.